

Política  
ES/ES

# Vitor apóia disponibilidade

ELIZABETH NADER/AT

**N**a próxima sexta-feira, o governador Vitor Buaziz (PV) passa o cargo para seu sucessor, José Ignácio Ferreira (PSDB). Entregando o Estado com pagamento de servidores atrasado e depois de muitas crises, ele, no entanto, acredita que o governo cumpriu a maior parte de suas metas. Ressalta, todavia, que levou tempo demais para romper com o PT e com a CUT, e que deveria ter esperado mais para dar os 25% de aumento ao funcionalismo. Ao futuro governo o conselho é a necessidade de reduzir a folha, até mesmo com disponibilidade, se preciso. Buaziz só não defende demissão.

ALINE NUNES

A Tribuna – Ao final do seu mandato, várias propagandas têm sido divulgadas sobre realizações do seu governo. Por outro lado, não podemos esquecer o pagamento atrasado do funcionalismo. Ainda assim, o senhor espera que as pessoas entendam a atuação do seu governo?

**Vitor Buaziz** – O que é mais importante no nosso governo é que nós viemos para fazer uma reforma no Estado, para mudar conceitualmente o que é o papel do Estado para atender à nova demanda que é a globalização da economia e da estabilidade da moeda. Então, fazendo isto, estávamos colocando a máquina pública para atender ao conjunto da sociedade, não apenas a meia dúzia de privilegiados.

E se nós não conseguimos chegar até o final da reforma do Estado é porque a reforma é uma coisa permanente, é um processo. Nós pelo menos atingimos 80% do nosso objetivo. Os resultados disto virão a médio e longo prazos.

Além de termos feito a reforma do Estado e de termos lutado com muita dificuldade para enfrentar o corporativismo e as entidades ligadas aos partidos de oposição ao nosso governo, nós realizamos obras em comum acordo com as prefeituras municipais.

Então, é uma nova conceituação da relação entre o Executivo e os prefeitos, que fez com que nós pudessemos realizar cerca de 1.000 obras em todo o Espírito Santo. Obras de pequeno, médio e grande portes.

Essas obras que estão sendo mostradas, muitas delas sendo inauguradas no final do governo, têm um coninho muito importante do ponto de vista do atendimento à população. São obras do setor rodoviário, quer dizer, o interior do Estado sem-

pre pediu rodovias e estradas vicinais para garantir não só a segurança dos passageiros do transporte, mas também, das estradas vicinais para escoamento das produções agrícolas.

No setor de educação e saúde, muitas escolas foram reformadas, ampliadas e outras foram construídas; na saúde, os hospitais também foram restaurados, equipados.

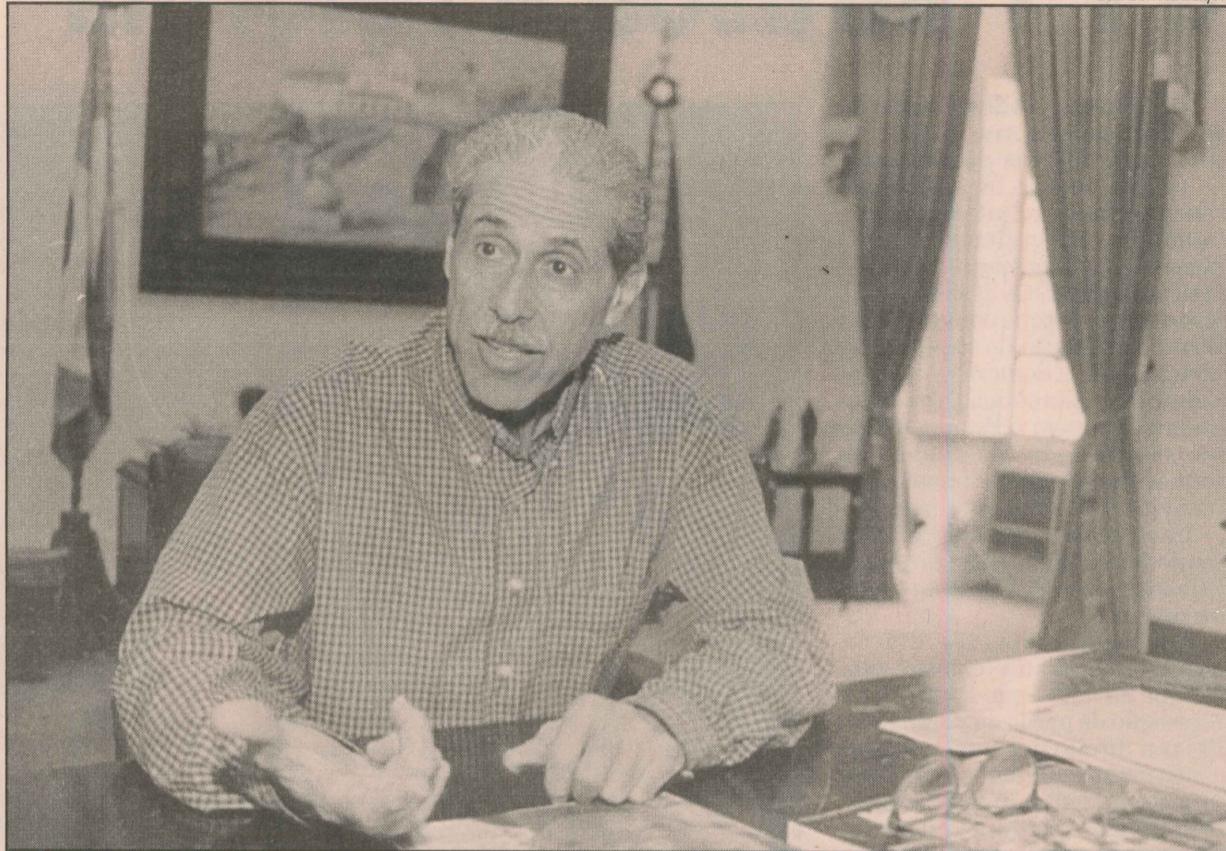
Tudo isto faz com que o governo demonstre, ao final, que, apesar de todas as dificuldades, de ter enfrentado com muita decisão até mesmo setores da sociedade que faziam oposição ao governo, estas obras estão aí colocadas à disposição da sociedade. Para nós, que o reconhecimento possa vir mais tarde, é o menos importante. O importante são as obras realizadas.

**– O senhor foi um dos governadores que melhor atendeu o governo federal, tendo em vista a reforma administrativa. Em contrapartida, o senhor já declarou que o Espírito Santo foi discriminado pelo governo federal. Como o senhor avalia esta situação?**

– O grande problema do Espírito Santo é que esta discriminação é crônica, vem de longa data. Pelo fato de o Espírito Santo ser um Estado muito pequeno e estar localizado na região Sudeste, onde estão os grandes estados brasileiros.

Em segundo lugar, pelo fato de nós não termos uma representação política forte junto ao governo federal. Em terceiro, pelo fato de nossa bancada ser uma bancada que atua praticamente isolada das outras bancadas, ao contrário do Nordeste, onde todos os estados sempre se reúnem. Os do Norte e do Centro-Oeste também.

Aqui na região Sudeste, os outros estados não têm interesse em se juntar com a bancada



Vitor Buaziz diz que cumpriu sua tarefa de fazer a reforma do Estado

do Espírito Santo porque eles não precisam de ter força política, de agregar força política para terem seus pleitos atendidos pelo governo federal. Isto aí leva ao Estado a ficar neste isolamento.

No entanto, no nosso governo, nós projetamos o Estado, não só no âmbito nacional, mas também no internacional. Politicamente para nós foi importante mostrar que o Estado do Espírito Santo existe, que é a unidade da Federação que mais contribui para o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, que é o Estado que mais cresceu economicamente – acima da média nacional – e é o Estado que se impõe como uma unidade da Federação que não quer continuar sendo discriminado.

**– O senhor acredita que o senador José Ignácio, por ser do PSDB, vai ter mais “sorte” na sua administração com o governo federal?**

– Eu tenho colocado para o governador José Ignácio que ele deve fazer um governo sem se preocupar com ajuda federal. Porque nós passamos quatro anos esperando que viessem alguns recursos, seja da Lei Kandir, seja da privatização da Cesan, seja da federalização do porto de Vitória, ou de outras fontes e estes recursos não vieram.

Quer dizer, se nós tivéssemos tomado iniciativas independentes dessas ajudas do governo federal nós certamente teríamos tomado outros rumos. Portanto, eu não acredito que, pelo

fato de o senador ser do PSDB, ele vai ter mais facilidades, porque a crise é nacional e na medida em que nós estamos prevenindo um ano novo de recessão, de desemprego, isso repercute diretamente nas finanças do Estado.

**– O senhor já deu uma dica para o futuro governador que é para ele não esperar muito pelos recursos federais. Que outros “conselhos” o senhor apresentaria para o governador eleito?**

– A conversa que nós tivemos com o senador José Ignácio é que eu mostrei mais ou menos como funciona essa máquina. Pois ela funciona diferente, por exemplo, da Telebrás, que é uma estatal e que foi presidida pelo senador. Aqui o serviço público funciona com muita

dificuldade porque tem-se 72 mil funcionários. Em cada setor há um corporativismo arraigado. Então é difícil para alguém mudar as coisas e o comportamento aqui dentro.

A cultura do serviço público é uma cultura arraigada ainda é muito atrasada. Mesmo assim, nós fizemos treinamento e capacitação profissional de 22 mil servidores do Estado. Ajudamos muito, implementando programa de qualidade no serviço público para mudar a imagem desse serviço. É claro que sempre tem aqueles que não querem trabalhar. Esses, felizmente, não são a maioria, mas atrapalham muito o serviço público.

E quando eu falo que não se deve esperar muito do governo fe-

deral é porque o governo federal também tem muita dificuldade e vai continuar a ter dificuldade em 1999. Nós temos capacidade de, com criatividade, gerar no Estado todas as políticas que são necessárias.

Uma outra conversa que nós tivemos com o senador é sobre a folha de pessoal, que vai ter de diminuir. Não seria com demissão de 20 mil funcionários, mas seria com um rearranjo interno e que pudesse haver um acordo com os sindicatos quanto à diminuição de jornada dos servidores e também dos salários. Ou até mesmo disponibilidade, como tem feito várias empresas privadas.

Tem que haver mecanismos de redução da folha salarial que não seja demissão. Nós fizemos a opção de não demitir em massa. Mas o senador talvez tenha de tomar uma atitude, se os sindicatos não aceitarem essa negociação que vai ser proposta.

**– Em linhas gerais, qual foi a grande dificuldade do seu governo?**

– A dificuldade principal do governo foi realmente a questão financeira do Estado porque, economicamente, o Estado é forte, mas financeiramente, ele foi prejudicado pela demora da rolagem da dívida com o governo federal. Neste período nós estávamos pagando juros de 10% a 12% ao mês.

Em segundo lugar, pelo fato de os juros estarem altos, o que prejudicou profundamente os estados e municípios. Em terceiro lugar, a discriminação que o Estado sofreu em relação aos recursos que deveriam ser repassados pelo governo federal, tanto que o Espírito Santo ficou em penúltimo lugar, só perdendo para o estado do Amapá.

*“José Ignácio deve fazer um governo sem se preocupar com ajuda do governo federal”*

*“É difícil para alguém mudar as coisas e o comportamento aqui dentro (do serviço público)”*